

P.B.H. - ATIVOS S/A
REGISTRADO

Livro nº LIVRO 02
Fis.: Nº 40 (V) REG Nº 22/2020
24/10/2020 AT-0014

CONTRATO Nº 007/2020

Processo nº: 01.20.667

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de engenharia e consultoria, destinada a fornecer à PBH Ativos, suporte e assessoramento técnico à elaboração do Termo de Referência bem como, prestar assessoramento na análise das propostas a serem apresentadas em futura licitação a ser realizada, com objetivo de contratação dos serviços de mini geração distribuída de energia renovável com fonte fotovoltaica para atender demanda da PBH-Prefeitura de Belo Horizonte, que celebram a **PBH ATIVOS** e a empresa **MS SERVICE DO BRASIL EIRELI-ME**.

A **PBH ATIVOS S/A**, sociedade de economia mista, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 1245 – 12º Andar – Savassi – Belo Horizonte / MG – CEP: 30.112-024, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ/MF sob o nº 13.593.766/0001-79, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Pedro Meneguetti, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 418.354.846-20, e pelo seu Diretor de Negócios, Daniel Rodrigues Nogueira, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF sob o nº 063.178.506-7, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **MS SERVICE DO BRASIL EIRELI-ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.519.969/0001-90, estabelecida à Rua Conceição da Aparecida, 540- Letra A, bairro Santa Terezinha, Belo Horizonte/MG, CEP: 31.365-150, representada por seu titular/administrador, Sr. Antônio José de Freitas, portador da CI-MG: 14.337.034 (SSPMG) e CPF: 067.121.386-55, neste ato denominada **CONTRATADA**, celebram o presente CONTRATO, decorrente da Dispensa de Valor nº 005/2020, processo administrativo nº 01.20.667, conforme cláusulas e condições a seguir especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

1.1. Os termos abaixo, grafados em caixa alta, quando utilizados no presente contrato, terão os significados abaixo descritos, tanto quando utilizados no singular, quanto no plural:

- I. **CONTRATADA**: pessoa jurídica signatária do presente CONTRATO, na condição de prestadora dos SERVIÇOS;
- II. **CONTRATANTE**: PBH Ativos S.A. na qualidade de tomadora dos SERVIÇOS e signatária do presente CONTRATO;
- III. **CONTRATO**: o presente instrumento de contrato, incluindo todos os seus anexos;
- IV. **DOM**: Diário Oficial do Município de Belo Horizonte;
- V. **PREPOSTOS**: representantes, sócios, empregados, contratados ou qualquer outra pessoa que atue em nome ou sob ordens da CONTRATADA na execução do presente CONTRATO, independentemente da natureza do vínculo;

- VI. RILC: Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE, instituído pela Instrução Normativa nº 007/2019, e disponível no site eletrônico da Companhia, cuja observância é obrigatória pelas partes, independente de transcrição;
- VII. SERVIÇOS: designa o conjunto de serviços e demais atividades que integram o objeto do CONTRATO, conforme especificações do presente instrumento, em especial da cláusula segunda e do Anexo I;
- VIII. TERMO DE REFERÊNCIA ou TR: Termo de Referência da contratação direta da Dispensa nº: 005/2020, correspondente ao processo administrativo nº 01.20.667 que integra o Anexo I deste CONTRATO, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E DOS ANEXOS

1.1. Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de engenharia e consultoria, destinada a fornecer à PBH Ativos, suporte e assessoramento técnico à elaboração do Termo de Referência bem como, prestar assessoramento na análise das propostas a serem apresentadas em futura licitação a ser realizada, com objetivo de contratação dos serviços de mini geração distribuída de energia renovável com fonte fotovoltaica para atender demanda da PBH-Prefeitura de Belo Horizonte, nos termos deste contrato e respectivo anexo.

2.2. Integram o presente CONTRATO, para todos os fins de direito:

- I- Termo de Referência, independentemente de sua transcrição completa;
- II. Proposta da Contratada

2.2.1. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos anexos e as do corpo do CONTRATO, prevalecerão as regras deste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. Este CONTRATO é regido pelas suas disposições, pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo RILC-Regulamento Interno de Licitações e Contratos, e ainda, pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e pelos preceitos de direito privado.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

4.1. O período de vigência deste CONTRATO será de 06 (seis) meses contados da data de sua assinatura.

4.2. O prazo para execução dos serviços da fase 1 será de até 60 (sessenta dias) e o prazo de execução da fase 2, será o da vigência contratual, conforme Anexo I deste instrumento.

4.3. Os prazos de vigência ou de execução poderão ser alterados nos limites da legislação e das normas internas da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO, RECEBIMENTO DO OBJETO E LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

5.1. Os SERVIÇOS serão executados, sem exclusividade, pelo regime de empreitada por preço global, competindo à contratada dimensionar e alocar todos os recursos e insumos necessários para a concessão do escopo.

5.1.1. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.2. Os SERVIÇOS serão prestados conforme especificações do Anexo I deste contrato, e seu recebimento será realizado na forma do art. 121 do RILC, observado o seguinte:

- I. Concluído o SERVIÇO das Fases 1 e 2 do Anexo I deste contrato, o Objeto contratual será recebido provisoriamente pelo Fiscal do Contrato, mediante termo de recebimento provisório, se couber, para efeito de posterior verificação da sua conformidade;
- II. Eventuais impropriedades constatadas deverão ser registradas em documento próprio, no qual constarão as medidas a serem adotadas pela CONTRATADA e os respectivos prazos;
- III. Uma vez verificado a conformidade do objeto contratual com as exigências deste contrato, será realizado o recebimento definitivo pelo Fiscal do contrato com a lavratura do termo de recebimento definitivo, se couber, após o qual a CONTRATADA será comunicada para a emissão da respectiva Nota Fiscal de Serviço.

5.3. Caso seja constatada a desconformidade do SERVIÇO com as especificações deste CONTRATO, a CONTRATADA deverá corrigir a irregularidade dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE, sem qualquer ônus para esta e sem prejuízo das sanções aplicáveis.

5.4. Em caso de irregularidade, o empregado da CONTRATANTE responsável pelo recebimento reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à Diretoria Executiva da CONTRATANTE para as providências cabíveis na forma da legislação.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade dos SERVIÇOS.

5.6. Os SERVIÇOS serão desempenhados na sede da CONTRATADA, com exceção das fases, etapas e atividades que exijam a realização de visitas a fornecedores ou a terceiros, cabendo à CONTRATADA dimensionar e arcar com os deslocamentos e demais custos relacionados.

5.7. As atividades que demandem o encontro presencial entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA serão realizados na sede da CONTRATANTE ou em outro espaço por ela designado, dentro da cidade de Belo Horizonte.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

6.1. Pela execução do objeto do presente CONTRATO, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 14.998,50 (quatorze mil, novecentos e noventa e oito

reais e cinquenta centavos) para o período de 06 meses, conforme proposta da CONTRATADA, Anexo II deste CONTRATO.

6.2. O valor constante do *caput* constitui o único montante devido à CONTRATADA em função da execução do CONTRATO, estando nele incluídas todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução da avença, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, despesas comerciais, taxas de administração, seguros e outros necessários ao cumprimento integral do CONTRATO.

6.2.1. A CONTRATADA poderá aceitar o aumento ou a redução do objeto pactuado, nos termos do art. 81, da Lei Federal nº 13.303/16, sendo aplicado, para fins de ajuste dos valores contratuais, os valores unitários constantes da Proposta Comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado pela Gerência Financeira da PBH Ativos S/A no prazo de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal emitida pela CONTRATADA, em dois marcos:

7.1.1. 80 % (oitenta por cento) do valor contratado, após conclusão dos trabalhos executados na Fase 1, descrito no Anexo I deste contrato, devidamente aprovado pelo Fiscal do Contrato, conforme cláusula quinta deste contrato;

7.1.2. 20 % (vinte por cento) do valor contratado, após conclusão dos trabalhos executados na Fase 2, descrito no Anexo I deste contrato, devidamente aprovado pelo Fiscal do Contrato, conforme cláusula quinta deste contrato.

7.2. O documento fiscal deverá ser atestado pelo Fiscal do Contrato, após conferência de sua regularidade.

7.3. A vencedora deverá emitir nota fiscal, quando ocorrer o serviço, conforme legislação vigente e entrega-la até 1 (um) dia após sua emissão.

7.4. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação dos serviços e o período de sua execução.

7.4.1. No caso de irregularidades na Nota Fiscal/Fatura ou nos documentos que devem acompanhá-la, o prazo para pagamento será contado a partir da reapresentação devidamente regularizada.

7.5. A CONTRATANTE poderá reter da remuneração devida à CONTRATADA o montante necessário para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

7.5.1. A retenção realizada na forma do *caput* não desobriga a CONTRATADA do regular cumprimento do CONTRATO, em especial da prestação do serviço, bem como de corrigir eventuais irregularidades.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECURSO FINANCEIRO

8.1. O custo deste CONTRATO ocorrerá por disponibilidade financeira da CONTRATANTE, nos termos do art. 12 da Lei Municipal nº 10.003, de 25 de novembro de 2010.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Desde que observados o interregno mínimo de 1 (um) ano a contar da data de início da vigência, os valores previstos neste CONTRATO serão reajustados com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA/IBGE, ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

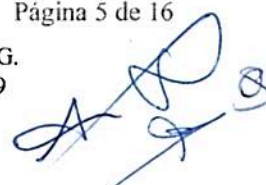
9.2. No caso de reajuste de valores devidos à CONTRATADA, caberá a esta solicitá-lo, devendo o requerimento ser apresentado juntamente com a justificativa e demonstração analítica dos valores requeridos.

9.3. Os reajustes poderão ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deverá cumprir fielmente as disposições previstas neste contrato, na legislação vigente, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé, cabendo-lhe, especialmente:

- I. Efetuar a prestação dos serviços conforme fixado no Anexo I;
- II. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei Federal nº 13.303/2016;
- III. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CONTRATANTE, bem como a eventual perda dos pressupostos para a participação de licitação;
- IV. Cumprir, dentro dos prazos assinalados, as obrigações contratadas;
- V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados;
- VI. Manter uma Central de Atendimento e esta deverá ficar disponível nos horários de funcionamento da CONTRATANTE;
- VII. Alocar os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto contratual, assumindo integral e exclusiva responsabilidade sobre todos e quaisquer ônus trabalhistas e previdenciários, bem como os atinentes a seguro com acidentes de trabalho de seus empregados, zelando pela fiel observância da legislação incidente;
- VIII. Pagar, como responsável único, todos os encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto do CONTRATO, podendo a CONTRATANTE, a qualquer momento, exigir da CONTRATADA a comprovação de sua regularidade.
- IX. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- X. Informar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa impactar a regular execução do CONTRATO, oportunidade em que deverá ainda indicar as medidas necessárias à reversão da questão e a mitigação de seus impactos.



10.2. É de responsabilidade da CONTRATADA a solução de todo e qualquer problema, no âmbito de suas responsabilidades, inclusive quanto aos seus funcionários, ou terceiros a seu serviço, surgidos no decorrer do CONTRATO, mesmo que haja necessidade de uso de solução não prevista, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

10.3. A CONTRATADA deverá atender, durante a vigência contratual, de forma imediata, solicitação da CONTRATANTE decorrente de correção do serviço que se fizerem necessárias.

10.4. A CONTRATANTE poderá solicitar reunião a qualquer momento, na forma presencial, na sede da CONTRATANTE, visando a apresentação de relatórios e definir ações corretivas e ajustes que se fizerem necessários ao bom cumprimento do CONTRATO;

10.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar e indicar, formalmente, um de seus funcionários para atuar como Gestor do CONTRATO junto a CONTRATANTE. Este gestor será o responsável por toda relação contratual com a CONTRATANTE, apresentar relatórios, se necessários e participar de reuniões com a CONTRATANTE;

10.6. É obrigação da CONTRATADA arcar com os custos relativos ao transporte, a estadia e a alimentação dos profissionais alocados na execução do objeto da Dispensa de licitação.

10.7. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre o serviço ou qualquer informação, operação, documento, comunicação, equipamento ou material da CONTRATANTE da qual venha a ter acesso durante a execução do serviço.

10.8. Compete ainda à CONTRATADA alocar PREPOSTOS com a devida qualificação e em número compatível com as especificações dos SERVIÇOS, devendo:

I. Antes do início da execução do CONTRATO, a CONTRATADA deverá indicar o PREPOSTO que será o Representante da CONTRATADA no âmbito do CONTRATO, o qual deverá possuir capacitação e os poderes necessários para:

- a) Garantir a regularidade do vínculo existente entre si e seus PREPOSTOS durante toda a vigência do CONTRATO;
- b) Realizar a interlocução com a CONTRATANTE, incluindo o fornecimento das informações necessária à regular prestação dos serviços, e aquelas solicitadas pela CONTRATANTE;
- c) Participar das reuniões;
- d) Dirimir eventuais dúvidas ou questões que necessitem de correção;

II. Comprovar a capacitação e a regularidade dos PREPOSTOS alocados, bem como apresentar à CONTRATANTE, sempre que requerido, os documentos e informações necessários à referida comprovação;

III. Garantir a observância das disposições do CONTRATO e da legislação vigente pelos PREPOSTOS, obrigando-se a manter a CONTRATANTE indene com relação a eventuais prejuízos causados pelos PREPOSTOS à PBH ATIVOS ou a terceiros;

IV. Notificar a CONTRATANTE, previamente, em caso de substituição de PREPOSTOS, resguardando para que a substituição não comprometa a qualidade e a continuidade dos

SERVIÇOS, bem como para que os novos PREPOSTOS atendam ao disposto no CONTRATO;

- V. Substituir os PREPOSTOS, caso eventualmente requerido pela CONTRATANTE de forma motivada;
- VI. Garantir que os PREPOSTOS, incluindo aqueles que venham a ser substituídos, observem os deveres legais e contratuais de sigilo, inclusive após o fim de vigência do CONTRATO;
- VII. Arcar com todos os custos relacionados aos PREPOSTOS, em especial, mas não se limitando a encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, tributos, transporte, hospedagem e alimentação, seguros, EPI/EPC, encargos de contratação, de dispensa e de treinamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- I. Designar o um fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do CONTRATO;
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;
- III. Permitir e acompanhar o acesso dos PREPOSTOS da CONTRATADA às suas dependências, para execução dos SERVIÇOS, conforme horários acordados;
- IV. Vetar o emprego de qualquer produto incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens, ou ser prejudicial à saúde dos empregados;
- V. Receber provisoriamente e, após, definitivamente, os SERVIÇOS que estejam em conformidade, conforme inspeções a serem realizadas;
- VI. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, após o recebimento definitivo dos SERVIÇOS, observados eventuais descontos devidos;
- VII. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com os SERVIÇOS;
- VIII. Notificar, por escrito, a CONTRATADA acerca da aplicação de eventuais penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa;
- IX. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, quando necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS LIMITES DA SUBCONTRATAÇÃO, À CESSÃO DO CONTRATO E DE SUAS OBRIGAÇÕES

12.1. O presente CONTRATO não poderá ser cedido ou utilizado sob qualquer hipótese como título de circulação comercial, caução, cessão de crédito e/ou documento exequível a ser apresentado contra a CONTRATANTE por Terceiros.

12.2. Fica vedado à CONTRATADA transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse CONTRATO.

12.3. A CONTRATADA não poderá:

- I. subcontratar total ou parcialmente o objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo CONTRATANTE, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da CONTRATADA;
- II. associar-se com outrem, realizar fusão, cisão, incorporação ou integralização de capital, salvo com expressa autorização do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO SIGILO

13.1. A CONTRATADA obriga-se a manter o sigilo e a tratar como confidencial todo e qualquer documento, dado ou informação, obtido ou a que tenha acesso, de forma oral ou escrita, em função da celebração e da execução do CONTRATO.

13.2. A CONTRATADA obriga-se por si, por seus PREPOSTOS e eventuais sucessores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONDUTA E INTEGRIDADE

14.1. A partes, na execução do objeto deste CONTRATO, se obrigam a respeitar, cumprir e fazer cumprir, o Código de Conduta e Integridade da PBH ATIVOS, veiculado por meio da Instrução Normativa nº009/2018 e disponibilizado no sítio eletrônico da PBH ATIVOS -<http://pbhativos.com.br/governanca-corporativa/politicas/>, comprometendo-se com a ética, a integridade corporativa, e a sustentabilidade nos pilares econômico, social e ambiental, além de:

- I - recusar práticas de concorrência desleal, trabalho infantil, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trabalho forçado ou em condições degradantes, assim como toda e qualquer forma de violência física, sexual, moral ou psicológica;
- II - tratar com respeito, cordialidade e em conformidade com os princípios daquele Código de Conduta e Integridade todos os envolvidos na execução do objeto desta contratação, oferecendo tratamento equânime a todos eles, evitando qualquer privilégio, discriminação e toda forma de corrupção e fraude;
- III - oferecer produtos e serviços de qualidade visando à plena satisfação dos seus clientes;
- IV - preservar e tratar com sigilo os dados cadastrais e informações pertinentes a clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros, obtidos em decorrência da execução do objeto desta contratação;
- V - abster-se de indicações a clientes, ainda que por eles solicitadas, de prestadores de serviços ou fornecedores, mantendo uma comunicação de forma estritamente profissional;

- VI -rejeitar presentes, gratificações ou vantagens, ainda que sob a forma de tratamento preferencial de ou para clientes, fornecedores, prestadores de serviços e demais parceiros ligados aos negócios ou interesses da CONTRATANTE e;
- VII - promover a excelência no atendimento aos clientes, assumindo responsabilidades e priorizando a qualidade, o prazo e a eficiência no tratamento das demandas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. Nos procedimentos de contratação realizados pela CONTRATANTE serão observadas as determinações que se seguem, além das disposições insertas nas IN-009/2018-Código de Conduta Ética e Integridade da PBH ATIVOS e IN-011/2018-Política de Integridade e Anticorrupção da PBH ATIVOS.

15.2. A CONTRATADA deverá observar o mais alto padrão de ética durante a Dispensa de Valor e execução do CONTRATOS Em consequência desta política, define, com os propósitos dessa disposição, os seguintes termos:

- I - “prática corrupta” significa a oferta, a doação, o recebimento ou a solicitação de qualquer coisa de valor para influenciar a ação de um funcionário e/ou empregado público no processo de licitação ou execução do CONTRATO;
- II - “prática fraudulenta” significa a deturpação dos fatos a fim de influenciar um processo de licitação ou a execução de um CONTRATO em detrimento do CONTRATANTE;
- III - “prática conspiratória” significa um esquema ou arranjo entre os concorrentes (antes ou após a apresentação da proposta) com ou sem conhecimento do CONTRATANTE, destinado a estabelecer os preços das propostas a níveis artificiais não competitivos e privar o CONTRATANTE dos benefícios da competição livre e aberta;
- IV - “prática coercitiva” significa prejudicar ou ameaçar prejudicar, diretamente ou indiretamente, pessoas ou suas propriedades a fim de influenciar a participação delas no processo de licitação ou afetar a execução de um CONTRATO;
- V - “prática obstrutiva” significa destruir, falsificar, alterar ou esconder intencionalmente provas materiais para investigação ou oferecer informações falsas aos investigadores com o objetivo de impedir uma investigação do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle sobre alegações de corrupção, fraude, coerção ou conspiração; significa ainda ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte envolvida com vistas a impedir a liberação de informações ou conhecimentos que sejam relevantes para a investigação; ou agir intencionalmente com o objetivo de impedir o exercício do direito do CONTRATANTE ou outro Órgão de Controle de investigar e auditar.

15.3. A ocorrência de qualquer das hipóteses acima elencadas, assim como as previstas no Anexo I da Portaria SDE nº 51 de 03 de julho de 2009, será denunciada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Justiça para adoção das medidas cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO PELA CONTRATANTE

16.1. A gestão e fiscalização do CONTRATO pela CONTRATANTE será realizada nos termos do Decreto Municipal Nº 15.185 de 04 de abril de 2013 e alterações.

16.2. A nomeação do gestor e do fiscal do CONTRATO será realizada por ato próprio do Diretor Presidente da CONTRATANTE.

16.3. A CONTRATADA compromete-se a dar acesso às informações e documentos necessários à efetivação da fiscalização do CONTRATO, bem como a colaborar com a CONTRATANTE.

16.4. A fiscalização por parte da CONTRATANTE não exclui ou reduz a responsabilidade pela observância das disposições contratuais e das normas aplicáveis, bem como pela assunção integral e exclusiva das consequências advindas do seu eventual descumprimento, não podendo ser alegada qualquer espécie de corresponsabilidade ou responsabilidade subsidiária por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

17.1. A prática de atos ilícitos ou o descumprimento total ou parcial das obrigações constantes do CONTRATO, pela CONTRATADA implicará nas seguintes sanções administrativas:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE.

17.2. Da advertência: A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal, aplicável a irregularidades de menor potencial lesivo ou de risco, por meio da qual a CONTRATADA é advertida sobre o descumprimento de obrigação legal ou contratual, ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando-o de que, em caso de inobservância ou reincidência, sanção mais elevada.

17.3. Da multa: O infrator que descumprir a legislação ou cláusulas contratuais, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, devendo ser observados, os seguintes percentuais e diretrizes:

- I. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega dos SERVIÇOS, até o limite de 9,9%, correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor da contratação;
- II. multa de 3% (três por cento) sobre o valor total do CONTRATO, nos casos de:
 - a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do CONTRATO;
 - b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
 - c) deixar de regularizar, no prazo definido pelo CONTRATANTE, os documentos exigidos pela legislação ou pelo CONTRATO, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
 - d) não devolver, no prazo de 10 (dez) dias contados de notificação, eventuais valores pagos indevidamente pela CONTRATANTE;
 - e) alocar PREPOSTO que não atenda às especificações do CONTRATO ou da legislação;
 - f) deixar de pagar, nos prazos exigíveis, a remuneração, despesas, tributos e encargos de qualquer natureza devidos aos seus PREPOSTOS;
 - g) permitir ou tolerar que os SERVIÇOS sejam executados em condições que possam gerar danos aos seus PREPOSTOS, à CONTRATANTE ou a terceiros;

- h) descumprir preceito normativo pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;
 - i) não apresentar documentos e informações requeridos pela CONTRATANTE, que sejam devidos na forma do CONTRATO;
- III. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO na hipótese de constatação da inconformidade dos SERVIÇOS ou dos produtos e resultados com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou da constatação da existência de vício, irregularidade ou defeito oculto que os tornem impróprios para o fim a que se destinam;
- IV. multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, em caso de a CONTRATADA dar causa à rescisão do CONTRATO.

17.3.1. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas no CONTRATO, cumulando-se os respectivos valores.

17.3.2. Quando da aplicação da penalidade de multa deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

17.3.3. O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do CONTRATO, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas pela autoridade competente para contratação.

17.4. Da suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE.

17.4.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o CONTRATO, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do CONTRATO, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, no CONTRATO e das demais cominações legais.

17.5. Dos procedimentos

17.5.1. Na aplicação das penalidades será facultada a apresentação de defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da notificação da CONTRATADA, que será contado da data de juntada do aviso de recebimento – AR aos autos do processo administrativo correspondente ou do protocolo da notificação.

17.5.2. O resultado do julgamento da defesa prévia será publicado no DOM.

17.5.3. Do resultado do julgamento da defesa prévia caberá, no prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação de que trata o item anterior, a apresentação de recurso administrativo.

17.5.4. Compete à Diretoria Executiva:

- I. julgar as defesas prévias;

II. receber os recursos, apreciar sua admissibilidade, manifestar-se sobre seus termos e encaminhar ao Diretor Presidente para decisão final e aplicação da penalidade, se for o caso.

17.6. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, cumulativamente, após a análise do caso concreto e não exime a CONTRATADA do dever de plena execução do CONTRATO.

17.7. No caso de multa, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para o recolhimento do valor respectivo.

17.7.1. Na hipótese de deixar o infrator de pagar a multa aplicada, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

- I. desconto na fatura imediatamente subsequente ao julgamento do recurso ou do decurso do prazo para sua interposição;
- II. Adoção das demais medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis, tais como protesto e/ou inscrição do débito nos órgãos de proteção ao crédito, e ingresso com a devida ação judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O CONTRATO poderá ser extinto:

- I. pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- II. pelo término do seu prazo de vigência;
- III. por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos para a CONTRATANTE;
- IV. em função da resolução contratual pela CONTRATANTE, conforme disposto neste CONTRATO.

18.2. A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente, por justa causa, o presente CONTRATO, sem que seja devida qualquer multa, penalidade ou indenização em favor da CONTRATADA, nos seguintes casos

- I. inexecução total ou parcial do CONTRATO, pela CONTRATADA;
- II. descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais pela CONTRATADA, incluindo, dentre outras hipóteses:
 - a) atrasos injustificados;
 - b) subcontratação total ou parcial do objeto contratual, a cessão ou transferência, total ou parcial dos direitos e deveres dele decorrentes, sem o prévio e expresso consentimento prévio da CONTRATANTE;
 - c) fusão, cisão, incorporação, ou associação da CONTRATADA com outrem, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
 - d) desatendimento das determinações do gestor ou do fiscal do CONTRATO exaradas em consonância com o CONTRATO;
 - e) decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - f) dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADA;

- g) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do CONTRATO;
- h) razões de interesse da CONTRATANTE, de alta relevância justificadas e exaradas no processo interno;
- i) ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do CONTRATO;
- j) descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- k) perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- l) nos casos em que a CONTRATADA for agente econômico envolvido em casos de corrupção, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.3. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, devendo ser assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

18.4. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE motivada por descumprimento contratual da CONTRATADA acarretará a retenção dos créditos decorrentes do CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, na hipótese de insuficiência da garantia contratual

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

19.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis Federais nº 13.303/2016 e nº 10.406/2002, no RILC da PBH ATIVOS e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A CONTRATADA deverá manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste contrato, em cumprimento ao disposto no Inciso IX do artigo 69 da Lei nº 13.303/2016.

20.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste CONTRATO, conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 81 da Lei 13.303/2016.

20.3. A tolerância do CONTRATANTE com qualquer atraso ou inadimplência por parte da CONTRATADA, não importará de forma alguma em alteração ou novação.

20.4. A CONTRATADA não poderá caucionar ou utilizar o presente CONTRATO para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO

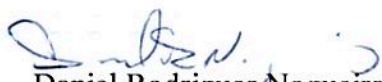
21.1. A publicação do extrato do presente CONTRATO no “Diário Oficial Municipal” correrá por conta e ônus do CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: DO FORO

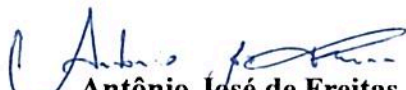
22.1. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente instrumento.

E, por assim terem contratado, as partes assinam o presente CONTRATO em duas vias, de igual teor, bem como as testemunhas abaixo.

Belo Horizonte, 24 de julho de 2020



Daniel Rodrigues Nogueira
DIRETOR DE NEGÓCIOS
PBH ATIVOS S/A


Pedro Meneguetti
DIRETOR PRESIDENTE
PBH ATIVOS S/A

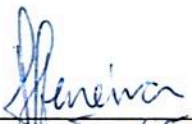

Antônio José de Freitas
TITULAR/ADMINISTRADOR
MS SERVICE DO BRASIL EIRELI

Testemunhas:

1)-


Nome: Luiz A.S.B. Rezende
CPF: 955.311.906-97

2)-


Nome: João Belx Benelva
CPF: 079561806-94

ANEXO I – DESCRIÇÃO DO SERVIÇO (Anexo I do TR)

1) **FASE 1:** Suporte e Assessoramento Técnico para elaboração do Termo de Referência.

1.1. Prestar suporte e assessoramento técnico para elaboração do Termo de Referência que possibilitará a futura contratação dos serviços de mini geração distribuída de energia renovável com fonte fotovoltaica para atender demanda da Prefeitura de Belo Horizonte, devendo:

1.1.1. Elaborar os requisitos técnicos, em conformidade com as normas vigentes, para contratação de Usina Fotovoltaica, já construída, levando em consideração os seguintes fatores: potência instalada, capacidade de geração, eficiência, entre outros;

1.1.2. Elaborar, em conformidade com as normas vigentes, os procedimentos necessários para acesso à rede da distribuidora de energia.

2) **FASE 2:** Suporte e Assessoramento Técnico para análise da (s) proposta (s) comercial (ais) do (s) dos participantes da futura licitação.

2.1. Validar os requisitos técnicos constantes da (s) proposta (s) comercial (ais) dos licitantes que participarem da futura licitação para a contratação dos serviços de mini geração distribuída de energia renovável com fonte fotovoltaica.

2.2. Dar o Aceite final no projeto a ser apresentado pelo vencedor da futura licitação.

2.3. Esta Fase 2 ocorrerá durante o período de vigência do contrato a ser firmado com o vencedor desta Dispensa de licitação, caso a futura licitação resulte êxito.

ANEXO II – PROPOSTA DA CONTRATADA**ORÇAMENTO**

Prezado Senhor;

PARA **PBH Ativos**
Av. Getúlio Vargas
Nº 1.245 12º Andar
Belo Horizonte / MG
CEP 30.112.024

LOCAL
OBRA **Belo Horizonte**
Minas Gerais - BR
Localização
19°00'00" S 45°0'00" O
Potência 0,00 Wp

PROPOSTA N.º: 074/20
DATA: 17/06/2020

Agradecemos a gentileza de vossa consulta e informo preço e demais condições comerciais para o fornecimento dos seguintes:

Descrição

MÃO DE OBRA	
PART NUMBER	DESCRIÇÃO
SUP-TEC	Suporte e assessoramento técnico para elaboração do Termo de Referência para a contratação dos serviços de mini geração distribuída de energia renovável com fonte fotovoltaica.
SUP-NBR	Elaborar os requisitos técnicos, em conformidade com as ND 5.3 Cemig NBR 10899, 16690, 16149, 16150, 16274, 5410, 5419, 7117
SUP-PARECER	Elaboração procedimentos para obtenção acesso à rede da distribuidora de energia.
SUP-AV	Suporte e Assessoramento Técnico para análise das propostas comerciais dos participantes da futura licitação.

PREÇOS			
Item	Potência Instalada	Preço Unitário	Preço Total
SUP-#	1.000 kWp	R\$ 0,015	R\$ 14.998,50

Valor total

Valor total serviços & impostos.
R\$ 14.998,50

Normas e Certificações Aplicáveis

NR 10 – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE
NR 35 – SEGURANÇA EM TRABALHO EM ALTURA

Observações & Exclusão

• Os preços acima citados, após validade da proposta, poderão ser reajustados mediante aumento de matéria prima insumos, mão - de - obra e/ou mediante aos impostos e alíquotas de acordo com a legislação fiscal vigente.

Condições especiais

Condições de pagamento Conforme TR 007/2020 subitem 12.4
Validade Proposta 90 dias.

(a garantia não cobre danos provocados por mau uso, vandalismo, fenômenos da natureza, batidas ou danos provocados por terceiros)

Agradecemos desde já a atenção de V.Sa. e nos colocamos à sua inteira disposição para quaisquer informações adicionais.

Antonio José de Azeiteiro



CNPJ: 11.519.969/0001-90
Inscrição Estadual: 0015465510021
Inscrição Municipal: 0.940.419/001-8



ESCRITÓRIO COMERCIAL
Rua Bernardo Guimarães, 245 – 5 Andar
Funcionários
Belo Horizonte – MG
CEP 30140-080

TELEFONE

31 98330-0023
31 3197-5141

E-MAIL
SITE

sat@mecatronservico.com.br
www.mecatronservico.com.br